

## Um Barão na Mata: mineiros na construção do Estado nacional (1830-1850)

Irene Nogueira de Rezende  
Doutoranda em História Social - USP  
Bolsista CNPq

Este trabalho tem como objetivo demonstrar que os proprietários da parte norte da Zona da Mata de Minas Gerais também tiveram sua participação na construção do Estado nacional, resgatando assim a importância que Minas – e em especial a zona da Mata – teve neste processo.

Desde a década de 80 do século passado a pesquisa histórica iniciou um processo de desvinculamento de interpretações que explicavam as bases da sociedade e da economia do Brasil Colônia somente formadas pela monocultura, escravidão e latifúndio. Com a ampliação das oportunidades para as pesquisas e a conseqüente busca de novas fontes surgiram outros enfoques que revelaram uma colônia com dinâmica própria e um comércio interno de abastecimento que se ampliará vigorosamente com a chegada da família real. Comprovou-se, então, que o comércio de abastecimento e a agricultura diversificada geravam um capital que não era absorvido pela Metrópole e sim reaplicado no próprio Brasil.

Esta nova corrente interpretativa encontrou respaldo nas pesquisas dos irmãos Amílcar e Roberto Martins<sup>1</sup> que comprovaram ser Minas a província com maior número de escravos do país numa época em que nela não se destacava nenhum produto para exportação, ou seja, Minas foi também uma capitania que possuía vida além do ouro que enviava para Portugal. Em outras palavras, paralelamente ao ciclo do ouro, desenvolveu-se na capitania mineira uma agricultura diversificada, pecuária, fábricas rudimentares como tecelagens de panos de algodão e lã, engenhos de açúcar e de aguardente que produziam os itens comercializados dentro da própria capitania e também enviados para o Rio de Janeiro.

---

<sup>1</sup> **MARTINS**, Roberto Borges – Minas Gerais no século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora. In: *Estudos Econômicos*, vol. 13, nº 1. S. Paulo, Fipe/USP, 1983.

**MARTINS FILHO**, Amílcar V. e **MARTINS**, Roberto Borges – Slavery in a nonexport economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited. In: *The Hispanic American Historical Review*, vol. 63, number 3, 1983.

## Minas Gerais no início do século XIX

Minas Gerais foi estudada até a década de 80 do século XX como a capitania e posteriormente a província que, depois de um período de riqueza e opulência, entraria no século XIX como palco de uma economia decadente e assim permaneceria até os meados do oitocentos quando o cultivo do café se espalhou pelo sul da província. O café foi considerado, então, aquela cultura que salvou a província do imobilismo econômico e social. Nessa vertente temos os estudos de Caio Prado Júnior, Roberto Simonsen e Celso Furtado.<sup>2</sup> A partir das pesquisas que demonstravam Minas como a província que possuía a maior população escrava do país, o século XIX vem sendo estudado com mais rigor, embora exista uma enormidade de nichos a serem explorados.

Delinear uma visão geral da província de Minas Gerais no início do século XIX é uma tarefa das mais difíceis, tanto pela exigüidade de estudos panorâmicos sobre o período, como também pelas dimensões e diversidades de uma área tão extensa como a província mineira.

O primeiro obstáculo está em quantificar a população mineira no período. A administração da Regência se viu forçada a tomar medidas para controlar o funcionamento da máquina político-administrativa. Eleger deputados e juízes de paz, recrutar soldados e cobrar impostos seriam tarefas impossíveis de ser executadas se não fosse concretizado um recenseamento objetivando quantificar e qualificar a população que vivia em Minas Gerais e saber exatamente o número dos distritos existentes na província. Para isso, o governo regencial decretou que se fizesse os mapas populacionais de cada distrito, tarefa delegada aos juízes de paz.

---

<sup>2</sup> <sup>2</sup> **FURTADO**, Celso – *Formação econômica do Brasil*. Rio, Nacional, 1989; **PRADO JR.** Caio – *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1975; **SIMONSEN**, Roberto – *História econômica do Brasil (1500-1820)*. S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1969.

Segundo estudos de Maria do Carmo Salazar Martins<sup>3</sup> sobre o fato, não foi encontrado o texto do decreto de 17 de julho de 1832, embora os mapas populacionais façam constantemente menção a ele. O processo demorou até 1835 e mesmo assim vários juizes de paz não entregaram os mapas.

Outro trabalho focalizado na tentativa de quantificar a população mineira foi elaborado por Clotilde Andrade Paiva,<sup>4</sup> onde a autora alerta sobre as dificuldades em estabelecer dados precisos sobre a população mineira nas primeiras décadas do oitocentos: “O século XIX mineiro é pobre em estatísticas populacionais sustentados em bases sólidas. Os historiadores que se apóiam nos valores publicados para elaborar suas análises devem, portanto, se cercar de cautela.”<sup>5</sup> Ficaram, portanto, dados que requerem cuidados ao serem aplicados.

No período de 1833/35, Minas Gerais contaria com uma população de 624. 617 almas; deste total 33,3% eram de escravos<sup>6</sup>. Em 1855 a população mineira passou para 1.302.152 habitantes. Deste total, 317.760, ou 24,4%, perfazia o contingente escravo da província. Refinando os números, a zona da Mata contava na mesma época com 95.279 habitantes livres e 61.502 escravos: 64,6% dos habitantes eram de cativos<sup>7</sup>. A zona da Mata em sua totalidade possuía, então, o maior número de escravos por habitante de toda a província mineira.

Em 1835, Ponte Nova possuía 3 285 habitantes e 1 472 escravos; Viçosa tinha 1 484 habitantes e 591 escravos; Arripiados com 1 429 habitantes e 663 escravos; Barra do Bacalhau com 1 561 habitantes e 1 284 escravos e Barra Longa com 1.387 livres e 924 escravos. Nesse período, observa-se já o grande número de escravos em comparação com os habitantes livres. Reafirmando aqui a precariedade deste primeiro censo realizado por exigência da presidência da província que por sua vez obedecia aos pedidos da Regência por mapas populacionais<sup>8</sup>.

---

<sup>3</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar – Revisitando a província: comarca, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. In: *Revista V Seminário sobre Economia Mineira*. B. Horizonte, UFMG, 1990, págs. 13 a 29.

<sup>4</sup> PAIVA, Clotilde Andrade – *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. S. Paulo, USP, 1996. Tese de Doutorado

<sup>5</sup> Idem, pág. 14

<sup>6</sup> MARTINS, Maria do Carmo S., op. cit., pág. 29

<sup>7</sup> MARTINS, Roberto Borges – Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez – In: *História econômica da independência e do império*. S. Paulo, EDUSP/Imprensa Oficial, 2002, pág. 101.

<sup>8</sup> MARTINS, Maria do Carmo S., Op. cit., pág. 21.

No ano da chegada da família real portuguesa ao Brasil, o território mineiro não possuía as fronteiras definidas, o que gerava muitas confusões. Para se ter uma idéia até 1827, Minas fazia divisa com a Capitania de Pernambuco por causa da Comarca (pernambucana) do Rio São Francisco (que abrangia sua margem esquerda). Somente nessa data a comarca foi incorporada à província da Bahia. O Triângulo Mineiro só passaria a integrar o território mineiro em 1816, desmembrado da capitania de Goiás.

Até 1808, Minas contava com apenas uma cidade – Mariana – e quinze vilas distribuídas por quatro comarcas: Ouro Preto, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Serro do Frio; as vilas eram Vila Rica, Sabará, São João Del Rei, Serro, Caeté, Pitangui, São José Del Rei (atual cidade de Tiradentes), Minas Novas, Itapecerica, Barbacena, Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), Campanha, Paracatu, São Sebastião do Paraíso e Baependi. Não há estatísticas para o número de arraiais nessa época em Minas Gerais.

Os léxicos definidores das localidades mineiras eram sempre confusos em se tratando das divisões administrativas.<sup>9</sup>

Desde a chegada do Regente português ao Brasil seriam criadas mais 14 comarcas até 1855; no ano de 1858 mais duas, trazendo os habituais transtornos dos remanejamentos de freguesias e cidades, ora pertencendo a uma comarca, ora a outra recém criada. Em 1876, o número de comarcas dentro da província chegava a 76. A vila de Santa Rita do Turvo (Viçosa), por exemplo, pertenceu a várias comarcas durante os anos de 1831 a 1859; há inventários com Santa Rita na Comarca de Mariana, de Parahybuna e de Muriaeh. Ora ela foi vila, e capela, ora distrito e freguesia. Todas estas inexatidões e complicações administrativas se arrastarão pelo período provincial gerando toda a sorte de confusões e problemas e, muitas vezes, benefícios para os arranjos políticos em épocas de eleições. “A verdade é que Minas conheceu, durante a primeira metade do século XIX, uma política administrativa dinâmica (para não dizer confusa), em que as divisões política, administrativa, judiciária e eclesiástica se sobrepunham, fazendo com que distritos, vilas e

---

<sup>9</sup> Sobre as divisões administrativas e o papel exercido pelos padres seculares na administração ver: **MATA**, Sérgio da – *Chão de Deus. Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Berlim, Wiss. Verl., 2002, pág. 45 e **FONSECA**, Cláudia Damasceno – *Des terres aux Villes de l’or. Pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII siècle)*. Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003, pág. 81

comarcas fossem constantemente desmembrados, reagrupados, suprimidos e reinstalados.”<sup>10</sup>

Nos marcos cronológicos da pesquisa, Minas se beneficiava com os resultados das políticas de D. João VI para facilitar e agilizar o escoamento de produtos par o abastecimento da Corte. Várias vias<sup>11</sup> foram abertas através da Capitania em direção ao Rio de Janeiro.

No período que nos interessa desciam por essas estradas em direção ao Rio de Janeiro vários produtos para o abastecimento não só da Corte, mas também de outras áreas da província fluminense, notadamente aquelas que estavam agora voltadas para a produção intensiva do café e que careciam dos bens produzidos na província mineira. Na volta as tropas subiam com artigos importados e mercadorias não encontradas na província de Minas Gerais.

Da Comarca do Rio das Velhas e do Serro desciam em direção à Corte gado em pé, algodão em rama, pedras preciosas e fumo. Da Comarca do Rio das Mortes<sup>12</sup> também descia gado em pé, porcos, galinhas, queijos, toucinhos, fumo (ou tabaco), açúcar, rapadura, aguardente, algodão em rama, tecidos grosseiros e cereais diversos. A Comarca de Ouro Preto fornecia ainda ouro, ferro, toucinho, açúcar, doces, rapadura e aguardente.<sup>13</sup>

Vila Rica, no início do século XIX, era local de intensa vida comercial, uma espécie de entreposto. Para lá se dirigiam as tropas vindas dos arredores carregadas de produtos da terra para serem vendidos ou enviados para outras localidades. Quando as tropas retornavam a seus locais de origem, transportavam aqueles gêneros encomendados pelos fazendeiros ou mesmo para o abastecimento dos pequenos empórios e vendas dos arraiais.

Toda essa movimentação do comércio de Vila Rica foi observado por Spix e Martius quando por lá passaram em suas viagens pelo interior da Província, em 1818: “Entre todas as cidades do interior do Brasil, nenhuma é tão animada como Vila Rica.

---

<sup>10</sup> Idem, pág. 16.

<sup>11</sup> Essas rotas do Rio de Janeiro para Minas foram detalhadamente descritas por **ANTONIL**, op. cit. pág. 288, **LENHARO**, Alcir – *As tropas da moderação*. S. Paulo, Símbolo, 1979, págs. 57 a 64 e **PRADO JR**, Caio – *Formação do Brasil contemporâneo*. S. Paulo, Brasiliense, 1973, págs. 243 a 246.

<sup>12</sup> Sobre o intenso comércio de São João Del Rei ver **GRAÇA FILHO**, Afonso de Alencastro – *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais (1831-1888)*. S. Paulo, Annablume, 2002.

<sup>13</sup> **IGLÉSIAS**, Francisco – Minas Gerais. In. *HGCB*, tomo II, vol. 2. S. Paulo, Difel, 1964 e **LENHARO**, Alcir.

**CHAVES**, Cláudia Maria das Graças – *Perfeitos negociantes. Mercadores das minas setecentistas*. S. Paulo, Annablume, 1999.

Daqui partem estradas para São Paulo, passando por São João Del Rei; por Minas Novas, para a Bahia [...], porém, nenhuma é tão movimentada, com o vaivém de tropas, como a estrada que leva ao Rio de Janeiro, sede do governo, distante setenta léguas. Quase toda as semanas, ou cada mês do ano, seguem grandes caravanas carregadas com os produtos da região: algodão, couros, marmelada, queijos, pedras preciosas, barras de ouro, etc. O comércio com o mais longínquo sertão que vai até Goiás e Mato Grosso, não é tão extenso de fato como o de São Paulo e Bahia; entretanto, expande-se além do Rio São Francisco, quase que por toda a capitania, e abastece-a não só com mercadorias européias adquiridas no Rio de Janeiro,mas também, com os produtos das imediações como, por exemplo, os aqui fabricados: artigos de ferro, chapéus de feltro, louça de barro, queijo,milho, feijão, marmelada, carne de porco e toicinho: este é empregado em vez de manteiga e banha, e constitui grande artigo de comércio da província.”<sup>14</sup>

A menção dos viajantes austríacos aos artigos de ferro é confirmada pela existência de fundições já em pleno funcionamento naquela época. A fundição do ferro teve início com os esforços do Intendente Câmara (Manuel Ferreira Câmara) que, em 1808, põe a funcionar a primeira fábrica de ferro na Comarca do Serro Frio. Logo a seguir, em 1812, o Barão Eschwege e o Conde de Palma inauguraram em Congonhas do Campo (Comarca de Ouro Preto) a Fábrica Patriótica. Todas essas iniciativas são conseqüências da política de incentivos para a siderurgia incrementada por D. João. Nessa mesma época, chega a Minas o engenheiro francês Jean de Monlevade que com sua pertinácia e competência daria um grande impulso à indústria siderúrgica em Minas Gerais.

Os ingleses não tardaram a investir com tecnologia e muito capital na exploração do ouro; eles utilizavam técnicas de extração subterrânea que são pela primeira vez usadas no Brasil. A primeira empresa a chegar, em 1824, é a *Imperial Brazilian Mining Association* que explora várias minas, inclusive a maior delas que foi a do Gongo Soco. No ano de 1830 se instalou a *St. John d'El Rey Mining Company*. Essa empresa seria a primeira responsável pela extração na mina de Morro Velho que está em atividade até os dias atuais. Outras firmas inglesas se instalaram, no correr dos anos, na Província mineira. Essas empresas utilizavam grandes contingentes de mão de obra escrava, tanto de posse própria como de

---

<sup>14</sup> SPIX, Johann Baptist e MARTIUS, Carl Friedrich, op. cit., págs. 205 e 206.

negros alugados de proprietários das regiões onde atuava. “A *Saint John*, em 1865, empregava cerca de 1700 escravos, a grande maioria deles alugada.”<sup>15</sup>

No caso específico da parte norte da zona da Mata as fontes não revelaram se as fazendas produziam gêneros que fossem enviados para o Rio de Janeiro. Pode-se inferir, mas não demonstrar que o escoamento da produção abastecia Ouro Preto, Mariana e as vilas próximas. Se parte desses produtos era enviada para a Corte ainda não foi possível averiguar, mas o mais provável é que isso ocorresse principalmente com os gêneros mais duráveis como açúcar, rapadura, toucinho e aguardente, tecidos grosseiros de algodão, lã e doces.

Os inventários pesquisados revelam uma grande diversidade de gêneros produzidos pelas fazendas da região, embora na maioria dos documentos engenhos de moer cana e alambiques eram sempre itens arrolados nas listas de bens dos falecidos proprietários, principalmente naqueles situados nas cercanias de Ponte Nova e Barra Longa; deduzindo desse fato que as fazendas produziam voltadas para o mercado de abastecimento.

No final do século XVIII e início do XIX, quando as ilusões do ouro tinham se dissipado essa agricultura diversificada e fábricas incipientes que alimentavam o comércio de abastecimento já estavam estabelecidas em bases sólidas absorvendo o maior contingente de cativos do país. Atualmente sabemos que a capitania mineira e, depois a província possuía um dinâmico comércio interno e que, apesar das retrações havidas com o esgotamento das minas de ouro, se manteve num ritmo crescente e ampliado com a chegada do Príncipe D. João.

Mas apesar de todas as avanços das pesquisas históricas, o período provincial mineiro ainda é pouco estudado especialmente no que tange à política local e a participação efetiva dos mineiros no processo de configuração do Estado e, sobre o universo dos proprietários que se estabeleceram na parte norte da Zona da Mata de Minas Gerais, nenhum estudo foi detectado pela minha pesquisa. Investiguei os prováveis sinais de sua participação política na formação do governo provincial – já que como homens de negócios seriam inegáveis seus nexos com a política – aí também deparei com uma nuvem espessa

---

<sup>15</sup> LIBBY, Douglas Cole e GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro – *A economia do Império brasileiro*. S. Paulo, Atual, 2004, pág. 22.

que encobria os liames entre esses proprietários e a vida política, seja da província, seja do país.

### **Rumo à Mata: os Sertões do Leste**

Guimarães Rosa dizia que Minas é muitas, e parodiando o grande escritor, a zona da Mata também é muitas. Estudar a Zona da Mata mineira como se fosse um só bloco homogêneo é uma tarefa impossível, não fosse esta grande extensão territorial cenário de diversidade histórica, cultural e produtiva.

O topônimo Zona da Mata foi oficializado no início da República quando o Serviço de Estatística Geral da Secretaria da Agricultura de Minas Gerais dividiu o estado em zonas fisiográficas.<sup>16</sup> Antes, porém, a parte norte da Zona da Mata era conhecida desde o século XVIII como Sertões do Leste ou Áreas Proibidas.

Tenhamos em mente que “região” é uma noção abstrata, que mesmo referida a registros documentais e conceituais, é relativa. Estes percalços em estabelecer e delimitar espaços é um fato presente em muitas reflexões de historiadores que se propõem trabalhar no âmbito de uma história regional. Ciro Flamarion Cardoso – em ensaio que já é considerado um clássico sobre a conceituação de região – teoriza a respeito argumentando que o historiador ao escolher uma determinada delimitação territorial não pode usá-la como se fosse a única e correta. “As razões são principalmente duas: 1) no fundo, toda delimitação territorial é uma abstração, uma simplificação de uma realidade mais complexa para finalidades de pesquisa ou ação prática; 2) além disso, as relações entre o homem e o espaço, que em princípio servem de base à definição regional, não são imóveis, modificam-se no tempo conforme os graus variáveis de organização e exploração do meio ambiente pelo grupo humano, pior ou melhor armado de forças produtivas. Por esses motivos, seria absurdo querer recortar o espaço de uma vez por todas em regiões unívocas e estanques...”<sup>17</sup>

Marc Bloch já advertia que, ao estudar uma região, o pesquisador teria que estar atento para o fato de que as fronteiras da área escolhida não fossem de grandes dimensões colocando em risco a unidade da documentação, enfatizando que o espaço territorial

---

<sup>16</sup> COSTA, Joaquim Ribeiro – *Toponímia de Minas Gerais*. B. Horizonte, BDMG, 1997, pág. 25.

<sup>17</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion – *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979, pág. 73.



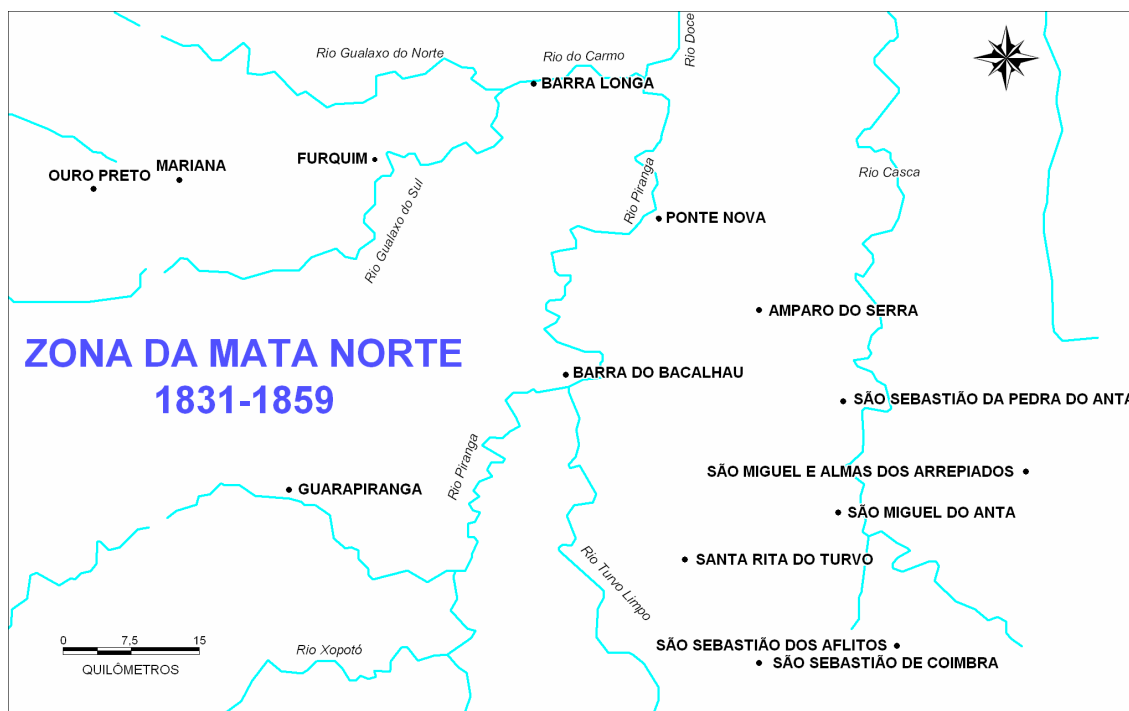
escolhido deveria possuir uma unidade real sem a necessidade de fronteiras naturais; necessidade esta só defendida pelos cartógrafos de uma linha já obsoleta.<sup>18</sup>

Então, como definir “zona da Mata norte”, este enclave não delimitado formalmente para esboçar alguns limites espaciais? Proponho uma delimitação com fins operacionais sem a pretensão de estabelecer uma divisão estanque, um bloco com fronteiras rígidas. Aproveitando a denominação já estabelecida da macrorregião da zona da Mata, recortarei, então, um bloco regional usando para defini-lo o nome de zona da Mata norte. Uma microrregião que abrange as cidades de Barra Longa, Ponte Nova, Viçosa e as pequenas cidades de Araponga, Guaraciaba, Pedra do Anta e Amparo do Serra.

A parte norte da zona da Mata é onde se iniciava a grande cobertura da mata atlântica. Melhor explicando: saindo de Mariana em direção à Ponte Nova a paisagem vai aos poucos se modificando: daqueles terrenos “*esterilíssimos*” no dizer de Antonil com sua vegetação rala – semelhante à de um cerrado – é possível observar que, à medida que se aproxima da cidade de Ponte Nova, as árvores vão se encorpando, a vegetação é mais densa, indicando já a diferença do solo. Ali começavam os terrenos mais férteis e que, depois de abatidas as matas, a sua produtividade se mostrava excelente.

---

<sup>18</sup> **BLOCH**, Marc – *La história rural francesa*. Barcelona, Ed. Critica, 1978.



Fonte: João Tonucci/FACE/UFMG

## Política e negócios

Em minha dissertação de Mestrado<sup>19</sup> estudei a história de algumas famílias de fazendeiros da parte norte da zona da Mata que se tornaram cafeicultores nas décadas finais do século XIX e início do XX. Na fase das pesquisas, consultando os inventários de proprietários nas primeiras décadas do oitocentos, fiquei surpresa de encontrar elementos inequívocos de homens de altos cabedais e me indagava como eles participaram da política provincial, que papel tiveram na construção do Estado após a independência brasileira e não encontrando nenhum material que esclarecesse esses pontos, deixei o assunto para mais tarde e o retomei nesta minha pesquisa para o Doutorado.

Nas pesquisas preliminares, embora ainda sem provas cabais, as evidências apontavam para o fato de que esses proprietários participavam da política porque não existe

<sup>19</sup> REZENDE, Irene nogueira de – *O Paraíso e a Esperança. Vida cotidiana de fazendeiros na zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)*. S. Paulo, Humanitas/USP, 2004.

política desligada de negócios e muitos desses homens eram negociantes e alguns de grosso trato. Lembro aqui uma observação de Sérgio Buarque onde enfatiza a ligação entre política e negócios dizendo que “Política e negócios andam constantemente ligados ao senso do oportuno (...)”<sup>20</sup>

Além das fazendas de culturas diversificadas e de plantéis de escravos, alguns desses proprietários incluíam entre seus bens tropas de mulas para o transporte indicando claramente que eram também tropeiros, e tropeiro na época era um dos setores mais rentáveis no mundo dos negócios.

No processo de construção do Estado, esses proprietários e negociantes certamente almejavam maior autonomia para a província, o que vale dizer almejavam estar próximos do centro das decisões políticas, ter acesso direto ao governo provincial e garantir sua participação na condução do país.

Alcir Lenharo em seu livro *As tropas da moderação* analisou de maneira pioneira a participação efetiva da província mineira na construção do Estado que ora se delineava. Embora ele tenha priorizado os proprietários e comerciantes do sul de Minas que se transformaram em lideranças políticas que atuariam na formação do Estado, seu trabalho abriu perspectivas para se examinar o papel de outras lideranças de outras partes da província.<sup>21</sup>

Desde a Independência, com um sistema eleitoral onde imperava o voto censitário e garantido pela outorga de Pedro I, os proprietários se projetaram na política local e regional garantindo seu poder exclusivo e afastando as camadas populares do processo político. Prevalencia entre as camadas dominantes um temor latente de possíveis agitações que seriam perpetradas por uma maioria de desvalidos, mestiços e desempregados e, pairando ainda sobre suas cabeças, o medo das revoltas escravas insuflado pelo exemplo do Haiti em 1794. Como notou Maria Odila Leite da Silva Dias, o “haitianismo” não deve ser examinado somente como uma manifestação de uma ideologia conservadora, mas como elemento catalisador das forças políticas que de outra forma poderia ter desaguado numa cisão radical das classes dominantes em um momento crucial para a formação e configuração de

---

<sup>20</sup> **HOLANDA**, Sérgio Buarque de – Prefácio. In: **PETRONE**, Maria Thereza Schorer – *O Barão de Iguape. Um empresário da época da Independência*. Col. Brasileira, vol. 361. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976, pág. 15.

<sup>21</sup> **LENHARO**, Alcir – *As tropas da moderação*. S. Paulo, Símbolo, 1979.

um país que recentemente conquistara sua independência.<sup>22</sup> O período do Primeiro Reinado funcionou, então, como um tempo de ampliação e escalada de poder político dos negociantes ligados ao setor de abastecimento e dos proprietários de terras.

Foi durante a Regência que os setores mais ricos do país procuraram através de articulações ou mesmo de embates, se projetarem para lograr a sua inserção e manutenção nas esferas do poder, lutando por maior autonomia de suas províncias. E Minas teve um papel de destaque nesse processo lembrando que a província abrigava o maior foco de oposição ao imperador. No mês de dezembro de 1830, pela segunda vez Pedro I visitava a província mineira na tentativa de apaziguar ânimos e reverter um quadro que se apresentava perigoso para seu governo. Ao contrário da primeira visita de 1822, desta vez o imperador não foi feliz, tendo uma recepção fria e distante por parte dos mineiros. Retornou em março para a Corte depois de uma temporada em Cachoeira do Campo onde se dedicou a uma de suas paixões: os cavalos. No dia 7 de abril abdicou em favor de seu filho Pedro e voltou para Portugal.

“A deposição do imperador abalou o poder concentrado do Estado imperial, abrindo espaço para a projeção do setor abastecedor da classe proprietária que passou a ser co-responsável pela administração regencial. Associando-se principalmente a políticos egressos da pequena burguesia urbana e do segmento militar, compuseram um grupo relativamente coeso, mas sem aprofundamento partidário, designado genericamente de liberais moderados.”<sup>23</sup>

### **Potentados matenses**

No decorrer dos estudos ficou evidente o peso econômico dos proprietários da zona da Mata Norte, ou dos Sertões do Leste. Só para lembrar, a zona da Mata, aqui considerando sua totalidade, era a região de Minas que concentrava a maior parte dos cativos. Obviamente não podemos esquecer nem minimizar o papel importante de outras regiões mineiras, mormente a Sul onde se concentrava o grosso do comércio abastecedor que se estabelecera com Corte.

---

<sup>22</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva – *A interiorização da metrópole e outros estudos*. S. Paulo, Alameda, 2005

<sup>23</sup> LENHARO, Alcir, op. cit., pág 122.

Mas sempre me intrigou a ausência de algum estudo sobre a região matense no período da formação do Estado nacional. Analisando os inventários dessa parte da zona da Mata nota-se que mais próximo à região de Mariana e Ouro Preto prevaleciam propriedades com engenhos de açúcar e aguardente e muitas delas com grandes contingentes de escravos. Aproximando-se das localidades de São Sebastião e Almas de Ponte Nova e de Santa Rita do Turvo, as fazendas produziam mais gêneros diversos como milho, feijão, arroz, algodão, café (já encontrado em todas as fazendas desde o final do setecentos) além da criação de porcos, ovelhas e gado de leite, embora em quase todos se encontrem engenhos de moer cana.

Em um inventário com testamento de 1776, o português Coronel Antonio Gonçalves Torres ao morrer possuía 153 escravos e três fazendas próximas de Furquim e Barra Longa. Nessas fazendas ele produzia açúcar, aguardente e gêneros diversos.<sup>24</sup> As evidências apontam que o Coronel foi um dos maiores fornecedores de gêneros para a região das minas.

Em Santa Rita do Turvo (Viçosa) na fazenda do Padre Manuel Inácio de Castro, a atividade preponderante, segundo seu inventário de 1819, era a tecelagem. Com 73 escravos e teares de fica evidente que o padre fabricava seus tecidos numa escala maior do que apenas para consumo próprio.<sup>25</sup>

Próximo a Santa Rita, na Barra do Bacalhau (Guaraciaba), Vicente Ferreira de Sá e Castro, falecido em 1827, legou para os herdeiros 85 escravos. Em sua fazenda da Boa Vista do Turvo ele criava porcos em grande quantidade, plantava cana, café, arroz, milho e feijão. As 24 bestas de tropas listadas no arrolamento dos bens indica que ele próprio cuidava do transporte de suas mercadorias.<sup>26</sup>

O Sargento Mor Joaquim José Fernandes, filho do Coronel Antonio Gonçalves Torres acima citado e pai do Senador José Joaquim Fernandes Torres, proprietário de engenho de açúcar nas cercanias de Barra Longa, deixou para os dois filhos 56 escravos.<sup>27</sup>

Manuel Inácio de Mello e Souza, o futuro Barão do Pontal, recebeu, em 1830, por herança de seus tios – o Desembargador e natural do Reino Inácio José de Souza Rabelo e

---

<sup>24</sup> CSM – 1º ofício, cód. 59, auto 1305. Inventário com testamento de 1776.

<sup>25</sup> CSM – 2º ofício, cód. 79, auto 1690. Inventário com testamento de 1819.

<sup>26</sup> CSM. 2º ofício, cód. 23, auto 577. Inventário de 1827.

<sup>27</sup> CSM. 2º ofício, cód. 54, auto 1214. Inventário de 1837.

sua mulher – 66 escravos e uma fazenda onde se produzia açúcar e aguardente, além de criação de suínos e culturas diversas como milho feijão e arroz.<sup>28</sup>

Os inventários revelam também que esses proprietários e suas famílias gozavam de requintes e confortos surpreendentes para uma região tão distante da Corte.

Na fazenda do Quebra-Canoas<sup>29</sup>, as refeições de seus proprietários eram servidas em pratos da Companhia das Índias (sete dúzias), bandejas e talheres de prata. O cafezinho era apreciado em xícaras também de porcelana das Índias. Faziam suas orações em uma capela no interior da sede, decorada com um quadro da Santa Ceia pintado por Mestre Manoel da Costa Ataíde, seis tocheiros pintados de ouro, turíbulo, “*hum vaso de Santos Óleos*”, cálice e patena de prata, mesa de altar delicadamente pintada com motivos florais, além de um crucifixo, quatro imagens, um lustre, pia batismal e paramentos litúrgicos.

Na fazenda Marimbondo, freguesia de Saúde, termo de Mariana e residência rural do Senador José Joaquim Fernandes Torres, pode-se também observar muitos elementos de uma vida luxuosa. O inventário da sua terceira esposa Antonia Joaquina Fernandes Torres<sup>30</sup> (e também sua sobrinha, filha de um irmão do Senador), falecida em 1850, revela que, nas suas temporadas no Marimbondo, eram servidos por pajens uniformizados, ouviam música de um piano, o café era oferecido em bandejas de prata e dormiam em lençóis de linho bordados.

## **De Portugal ao Pontal**

Cruzando os nomes dos inventariados e dos políticos atuantes no período focalizado cheguei a dois nomes: Manoel Ignácio de Mello e Souza (1781-1859) e José Joaquim Fernandes Torres (1797-1869). O primeiro português de nascimento, formado em Coimbra, o outro nascido em Barra Longa e igualmente formado em Coimbra. Fernandes Torres teve uma carreira sólida na magistratura do Império, chegando a ministro de Estado, mas aqui me deterei na figura de Manuel Ignácio de Mello e Souza, o Barão do Pontal.

<sup>28</sup> CSM. 2º ofício, cód. 133, auto 2695. Inventário com testamento de 1830.

<sup>29</sup> CSM, 1º ofício, códs. 20 e 22, autos 552 e 590. Inventários de 1839 e 1849. Estes dois inventários são de Maria da Joaquina da Conceição e de seu marido o Capitão Francisco Martins da Silva. Um arrolamento minucioso permite a reconstituição da capela. O quadro da Santa Ceia foi vendido pela família ao governo do Estado de Minas Gerais; o altar integra a coleção de Beatriz de Pimenta Camargo e os tocheiros tive oportunidade de apreciá-los na residência da Sra. Maria da Conceição Gomes Martins em Belo Horizonte.

<sup>30</sup> CSM -1º ofício, cód. 36, auto 877. Inventário de 1850

Manoel Ignácio, “nascido e batizado na Província do Minho do Reino de Portugal” em 1781, chegou ao Brasil em 1806 com 25 anos, portanto. No início de seu testamento está escrito: “Desde o ano de 1806 residi no Brasil, e se até 1822 fui português – jurei as bases da Constituição Portuguesa, depois de feita a separação, jurei a do Brasil, onde fiquei com todo meu coração.”<sup>31</sup> Bacharel em Coimbra, estabeleceu-se na cidade de Mariana onde tinha parentes. Seu tio, o português natural do Reino, Ignácio José de Souza Rabello era casado com Antonia Constancia da Rocha, rica herdeira de uma influente família proprietária de terras nas proximidades de Barra Longa.

Em junho de 1806, antes de vir para o Brasil, Manoel Ignácio foi habilitado na Mesa de Desembargo do Paço de Lisboa para serviço de Sua Alteza Real, o Príncipe D. João.<sup>32</sup> Chegando a Mariana, sob a proteção do tio Ignácio José, começou a advogar, mas já de olho em alguma sinecura que lhe garantisse um futuro e também que pudesse abrir portas para um possível ingresso na política local. Em seu primeiro testamento escrito em 1850 ele mesmo conta um pouco de seus primeiros anos em terras brasileiras: “(...) logo depois parti para o Rio de Janeiro e dali para Marianna onde advoguei; sendo despachado para o lugar de Juiz da Campanha do Rio Verde mudado para Intendente do Ouro de Goiaz e pouco depois para o de Juiz de Fora de Villa Boa (ileg.) onde estive de 1809 athe 1813, regressei à Cidade de Ouro Preto e despachado para servir o lugar de Ouvidor na Comarca do Rio das Mortes fui tomar posse em Fevereiro de 1814 e servi athe fim de Julho de 1820 fazendo todo esforço para cumprir os deveres dos cargos (...)”<sup>33</sup>

Com menos de dois anos advogando em Mariana foi integrante da Comissão da Câmara e Povo da Leal Cidade de Mariana para desejar as boas vindas à família real no porto do Rio de Janeiro. Sua entrada efetiva na vida política se deu em setembro de 1821 quando foi eleito um dos dez membros da primeira Junta Governativa do Governo Provisório.

Foi nessa época que integrou o núcleo rebelde da Junta naquela conspiração que tinha suas “veleidades separatistas” no dizer de Iglesias<sup>34</sup>. Conspiração que apressou a

---

<sup>31</sup> ARQUIVO DO FÓRUM DE PONTE NOVA, 2º Ofício, Caixa 1494/1506 B.

<sup>32</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. Seção de Manuscritos, I, 32, 6, 23.

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> IGLÉSIAS, Francisco – Minas Gerais. In. *O Brasil monárquico*. HGCB, tomo II, 2º vol. S. Paulo, Difel, 1964.

visita do então príncipe regente a Ouro Preto nos movimentos que antecederam o 7 de Setembro.

Em 1826 foi para a Corte eleito deputado “sendo por esse tempo removido por acesso da Ouvidoria de São João Del Rei para a Casa da Suplicação do Rio de Janeiro.”<sup>35</sup>

Em 1830, por ocasião do falecimento de seu tio e protetor, herda a fazenda do Gualaxo e 66 escravos, imóveis em Mariana e em Portugal. Vamos encontrá-lo nas listas nominativas<sup>36</sup> de 1831/32 já com uma posse de 131 escravos e proprietário em Furquim de três “fábricas” de mineração, cana e cultura.

A 22 de abril de 1831, foi designado Presidente da Província pela Regência. Essa nomeação merece alguns comentários. Desde a criação do cargo de presidente de província, em 1823, um dos critérios para a escolha desses homens da confiança do imperador era que fosse alguém de fora da província com o intuito de garantir a fidelidade ao governo central. Ser presidente funcionava como um degrau para alçar postos mais elevados na carreira política. A presidência provincial era um cargo de rotatividade e, normalmente, esses administradores permaneciam poucos meses no local para onde fora nomeado. Mesmo com as reformas liberais da década de 1830, o cargo continuou sendo muito importante para a carreira de qualquer político e estratégico para fixar alicerces do Estado em construção.<sup>37</sup>

A escolha de Mello e Souza, que desde sua chegada de Portugal tinha Mariana como seu domicílio, já demonstra a sua influência e sua provável participação nas articulações do processo que levou à abdicação de Pedro I, lembrando aqui que esta ocorreu 15 dias antes de sua indicação para o cargo. A sua permanência frente à administração de Minas por quase três anos – ele foi substituído por Antonio Paulino Limpo de Abreu no final de 1833 – também é fora do comum, levando em conta a efemeridade do posto.

As evidências apontam aqui para um político articulado e integrado ao grupo que ascendeu ao poder depois do 7 de Abril. Mello e Souza era amigo íntimo do Padre José Bento Ferreira de Mello. Essa amizade se estreitou nos tempos da primeira Junta Administrativa em que ambos participaram como também seriam eleitos em 1826 para a

---

<sup>35</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da – *Efemérides mineiras 1664-1897*. B. Horizonte, Fund. João Pinheiro, 1998, pág. 507.

<sup>36</sup> Fonte digitalizada. Martins, Roberto B.; Godoy, Marcel; Paiva, Clotilde e Martins, Maria do Carmo – *Listas nominativas de Minas Gerais 1831-1832*. Brasília, IPA, 2001. APM, lista nominativa de habitantes de Furquim, Termo de Mariana. Pasta 17, doc. 11, 1831.

<sup>37</sup> DOLHNIKOFF, Miriam – *O pacto imperial. Origens do federalismo no Brasil*. S. Paulo, Globo, 2005.



Assembléia Geral do Império. Quando Mello e Souza assumiu a administração da província, Ferreira de Mello se hospedava freqüentemente na casa do presidente. E lá estava quando eclodiu a Sedição de Ouro Preto.

O Pe. José Bento era de Pouso Alegre onde tinha grande prestígio e era proprietário do jornal *O Pregoeiro Constitucional*. Amigo chegado do Padre Diogo Feijó freqüentava, na Corte, a Chácara da Floresta residência de outro religioso deputado por Minas, o Padre José Custódio Dias. Esse local foi palco de várias articulações e mesmo conspirações nos dois primeiros anos da Regência. Foi lá que Feijó planejou o golpe parlamentar de 30 de julho de 1832: tentativa malograda de transformar a Câmara em Assembléia Nacional Constituinte e afastar o Senado das manobras para a reforma da Constituição. O Pe. José Bento foi o autor da chamada *Constituição de Pouso Alegre*, projeto da carta que distribuiu na Câmara dos Deputados nessa ocasião.

Uma indicação plausível do prestígio do futuro Barão foi sua permanência no cargo depois da Sedição de Ouro Preto, movimento visto como uma reação dos caramurus ou restauradores.

Analisando o teor dos artigos publicados no jornal *O Universal* que circulava na época em Ouro Preto dá para sentir que a província andava agitada pelos boatos da restauração. Este periódico, segundo Xavier da Veiga, teve “a inspiração e a direção política de Bernardo Pereira de Vasconcellos”<sup>38</sup>. *O Universal* funcionava também como uma espécie de Diário oficial publicando decretos, avisos e ofícios do governo provincial. Publicava também artigos de jornais de outras províncias como *O Carapuceiro*, de Pernambuco e o *Aurora Fluminense* e ainda cartas anônimas com insultos dirigidos aos caramurus. Claramente se vê que *O Universal* através da pena de Vasconcellos tratava de por lenha na fogueira nos ânimos nacionalistas. Vários ofícios de autoridades municipais e publicados no periódico relatavam ao presidente Manoel Ignácio as movimentações caramuruanas. No dia 28 de janeiro de 1833 foi publicado um ofício enviado da comarca de Lavras relatando que a região estava em relativa calma, porém “*desgraçadamente tem aparecido dissidentes, e entre esses, um pequeno número, que, ou por motivos particulares,*

---

<sup>38</sup> VEIGA, J. P. Xavier da – A imprensa em Minas Gerais. In.: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1898, pág. 190.

*ou allucinados com o ouropel da esperança de verem renascer os tenebrosos dias que ennoitrão o Brasil desde a dissolução da constituinte até o Sete de Abril.”*<sup>39</sup>

No dia 22 de março de 1833, aproveitando a ausência de Mello e Souza, um grupo de revoltosos liderados por Manuel Soares do Couto e apoiado por populares libertou alguns presos políticos. O vice-presidente Bernardo Pereira de Vasconcellos assumiu a presidência provincial, mas foi expulso da cidade por Soares do Couto, fugindo para São João Del Rei onde restaurou o governo até a chegada de Mello e Souza. O chefe dos rebeldes se instalou na sede do governo em Ouro Preto.

Para debelar a rebelião foi enviada do Rio de Janeiro uma tropa liderada por José Maria Pinto Peixoto que, depois de algumas escaramuças, dominou os rebeldes deixando um saldo de duas dezenas de mortos e muitos feridos. Restaurado o governo na capital provincial, os presos, em sua maioria, militares, tiveram penas severas que, mais tarde foram abrandadas pelo próprio governo da Regência.

Através da bibliografia consultada<sup>40</sup> constatamos que esta rebelião não foi ainda estudada em todas as suas possíveis repercussões, especialmente no tocante ao envolvimento de proprietários radicados no norte da Zona da Mata. A pesquisa preliminar que realizamos sugere que o movimento foi mais amplo do que comumente se pensou. Documentos coevos analisados dão conta de vários focos rebeldes espalhados por Ponte Nova, Arripiados, Santa Rita do Turvo e Barra do Bacalhau. Graças às descrições minuciosas de um prestimoso oficial da Guarda Nacional contidas nos ofícios<sup>41</sup> enviados a Manuel Ignácio de Mello e Souza, ficamos sabendo da movimentação dos rebelados nas cidades acima citadas.

A revolta também colocou em oposição Bernardo Pereira de Vasconcellos e Honório Hermeto Carneiro Leão. Vasconcellos era, como já assinalado, vice-presidente da província e Carneiro Leão Ministro da Justiça da Regência Permanente. O Ministro foi

<sup>39</sup> Hemeroteca do APM. *O Universal*, nº 858, pág. 2 do dia 22/01/1833.

<sup>40</sup> **ANDRADE**, Francisco Eduardo de – Poder local e herança colonial em Mariana: faces da Revolta do Ano da Fumaça. In. *Termo de Mariana*. História e documentação, Ouro Preto, Ed. UFOP, 1998; **GONÇALVES**, Andréa Lisly – *Estratificação social e mobilização política no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro 1831-1835*. Relatório de pesquisa para Pós Doutorado. S. Paulo, USP, 2004; **IGLÉSIAS**, Francisco, op. cit.; **VEIGA**, José Pedro Xavier da – *Efemérides mineiras 1664-1897*. B. Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1998, 3 vols.; **SILVA**, Wlamir – Usos da fumaça: a Revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada em Minas Gerais. In. *Revista Locus*, Juiz de Fora, EDUFJF/NHR, 1998, vol. 4, n.o 1;

<sup>41</sup> APM. SPPP/16, Caixa 47, docs. 2, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25.

acusado de fazer vistas grossas ao movimento, pois tinha fortes ligações familiares com um dos líderes da rebelião, Manuel Soares do Couto, de quem era amigo, primo e cunhado. No Parlamento, deputados amigos de Vasconcellos acirraram o debate que culminou com a renúncia do Ministro, dividindo, na província mineira, as forças políticas entre Vasconcellos e Hermeto.

Acusado de tibieza frente aos acontecimentos, Mello e Souza, seja porque se achava muito seguro no cargo, seja para salvar as aparências enviou um ousado ofício ao substituto de Honório Hermeto na pasta da Justiça o Ministro Nicolau de Campos Vergueiro em 3 de maio de 1833, surpreende pelo tom duro e de enfrentamento: “(...) ao *Governo Imperial de quem tão pouco conceito pareço merecer, quando havendo eu em virtude das primeiras ordens do mesmo Governo partido para esta Vila, a fim de sustentar a autoridade atrozmente insultada pelos sediciosos, e levado ao conhecimento de Vossa Excelência o estado dos negócios públicos da Província, nem ao menos se dignou V. Exca. de acusar recebimento de meus ofícios. (...) Não foram, Exmo. Sr., injustiças praticadas pelo Governo Provincial que animou os sediciosos a derribarem (sic) o Governo Legal, nem seu fim era demitir a primeira autoridade: as suas exigências se manifestam bem que os militares descontentes com as privações de gozos que estavam acostumados, buscaram essa ocasião de estabelecer as influências que caíram depois da Gloriosa regeneração operada no dia 7 de abril de 1831.*”<sup>42</sup>

Todos estes desentendimentos das autoridades nos levam a crer que a sedição teve, realmente, desdobramentos profundos e complexos, em termos da dinâmica política local, da definição de grupos de poder e da repercussão do movimento na Corte. A Sedição é usualmente analisada como uma reação dos caramurus interessados em desestabilizar o governo dos moderados e integrada no quadro das “rebeliões regenciais”, mas não se deve descartar a hipótese de uma reação à perda crescente das autonomias municipais que, desde o final do Primeiro Reinado, vinham recrudescendo até serem feridas de morte com o Ato adicional de 1834.

Mello e Souza reassumiu o poder dois meses depois, em maio de 33, mas sua volta não significou a paz na Província, agitada com as penas severas aplicadas aos revoltosos.

---

<sup>42</sup> REVISTA DO APM, 1902, Ano VII, fascs.I e II, págs. 77 a 80.

No final do ano foi substituído por Antonio Paulino Limpo de Abreu, seu amigo e contra parente.

Em 1835, o futuro Barão foi eleito para a Primeira Legislatura Provincial e nomeado vice-presidente da Província ainda durante o segundo exercício de Limpo de Abreu e no ano seguinte vai para o Senado, nomeado por Feijó.

Na ata das eleições de 1837, Mello e Souza apareceu em quarto lugar antecedido por José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, Teófilo Otoni e José Pedro de Carvalho. “*Acta da ultima apuração Geral dos votos recebidos dos diferentes Collegios desta Província de Minas Geraes para Deputados à Assembleia Legislativa Provincial como abaixo se vê. Aos 14 de janeiro de 1837 nesta Imperial Cidade de Ouro Preto com os 38 Collegios que compoem esta Província. Tenente Cel. José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, 837; Teophilo Benecdito Ottoni 787; José Pedro de Carvalho 775; Dez. Manuel Ignácio de Mello e Souza 757; José Joaquim Fernandes Torres 734 [...]*”<sup>43</sup>

Um ponto nebuloso na vida política do Barão é sobre sua participação na Revolta Liberal de 1842. O livro do Padre José Antonio Marinho *História do Movimento Político de 1842*<sup>44</sup>, é ainda a mais importante obra que se escreveu sobre o episódio, no dizer de Francisco Iglesias. No que pese sua participação direta no episódio e sua falta de isenção, é dessa fonte que se pode, com os devidos cuidados, inferir os fatos ocorridos na Guerra de Santa Luzia, como também foi nomeada a revolta.

No texto de Marinho não há uma única menção sobre a participação de Mello e Souza como também nada foi encontrado no raríssimo opúsculo anônimo *História da Revolução de Minas Geraes em 1842*<sup>45</sup> publicado em 1843 e narrando os fatos sob o ponto de vista do governo imperial.

Embora não tenha encontrado outros indícios concretos da participação de fazendeiros da Mata norte (ou de seus representantes) no conflito, a questão fica aberta. A única notícia de repercussão da Guerra de Santa Luzia na região da Mata norte foram

---

<sup>43</sup> APM.SP/PP 1/11 – Caixa 78, doc. 07.

<sup>44</sup> MARINHO, José Antonio – *História do Movimento Político de 1842*. S. Paulo/B. Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1977

<sup>45</sup> *História da Revolução de Minas Geraes em 1842, exposta em hum Quadro Chronológico organizado de peças officiaes das autoriades legitimas; dos actos revolucionários da Liga Facciosa (...)* Rio de Janeiro, Typographia de J. J. Barroso, 1843.

algumas arruaças promovidas, em Ponte Nova, por estudantes em férias do tradicional Colégio Caraça, que abrigava filhos das famílias abastadas de Minas Gerais.

Em 1844, Manoel Ignácio foi nobilitado por Pedro II com o título de Barão do Pontal, homenageando a sua propriedade às margens do rio Piranga. E foi no Pontal que ele morreu em 1859, com 78 anos de idade, sendo enterrado lá mesmo, em seu cemitério particular.

Maria Sylvia Salles Coelho – que nasceu na fazenda do Pontal, quando a propriedade já não estava mais na família do Barão – conta em suas memórias, como era a sede da fazenda. “Nesta fazenda de aparência majestosa com um casarão em estilo colonial português, às margens do rio Piranga, nasci e passei parte da minha infância. Da fachada da casa abriam-se 17 janelas, que davam para uma vista encantadora, de calma e agradável paisagem bucólica. Um bloco de pedra sabão de forma arredondada formava a escada da entrada principal da casa. Várias salas com o mobiliário quase todo deixado pelo Barão do Pontal, quando vendeu a fazenda de porteiros fechadas: eram lindos canapés de palhinha, mesas e cadeiras de “medalhão” em jacarandá. O chão de tábuas corridas com 60 cm. de largura cada uma e ainda 14 quartos, vários deles com carretéis de madeira dependurados no teto, para a sustentação de cortinados de filó branco.

A casa possuía um jardim interno, com uma mistura desordenada de flores, como é comum no interior de Minas [...] Na sala de visitas havia um piano. Este piano foi um dos primeiros a entrar em Ponte Nova, vindo do Rio, em carro de boi. Um professor alemão ensinava piano e bandolim às moças do Pontal.”<sup>46</sup>

Mello e Souza sempre foi considerado, na cidade de Ponte Nova, como uma figura contraditória. Um barão numa área tão desprovida de títulos causava admiração e muita curiosidade a tudo que a ele se referia. A sua fortuna era cantada e decantada como sendo “a maior do mundo”. E desse fato Manuel Ignácio tinha ciência, tanto que escreveu em seu testamento: “*Os bens que existirem ao tempo de minha morte farão o monte da herança*

---

<sup>46</sup> COELHO, Maria Sylvia Salles – *Guardei na memória*. Rio, Ed. da autora, 1984, págs. 29 e 30. A autora incorre em erro quando diz que a fazenda do Pontal foi vendida pelo Barão. A propriedade foi vendida por uma filha do Barão depois que tomou posse da parte do espólio que lhe tocou.

*que não será tão avultada como alguns supõem sem fundamento ignorando meus rendimentos e despesas [...]”*<sup>47</sup>

Várias lendas surgiram a seu respeito. Até hoje em dia, os antigos moradores da cidade, comentam que tratava com crueldade seus escravos. Ele se justifica: “*Declaro que para evitar-se nas minhas fazendas os desatinos que se dizem verificados (ileg) escravas ignorantes e perversas no tempo da gravidez e do parto e da reacção (ileg) dos filhos nos primeiros anos concede às minhas escravas quando estivesse criando seus filhos alguma exceção de serviços mais penosos e lhes prometi a liberdade as que criasse cinco filhos e estivessem vivos, quando o quinto filho chegasse à idade de seis annos e tendo (ileg.) mas o Pay se fosse casado com (ileg.) seria forro; cumpri a primeira parte da minha promessa a respeito de Graciana Crioulla e Maria da Conceição parda [...]”*

Fica aí patente o pragmatismo do Barão como homem de negócios: ao mesmo tempo em que fazia se passar por bom e magnânimo senhor de escravos, interessava-se por aumentar seu plantel através da procriação em cativeiro. Deixou aos herdeiros 108 escravos e um monte mor de 458:382\$165. Pelo número de escravos legados aos herdeiros pode-se ter uma idéia do grau de riqueza de Mello e Souza. Segundo Douglas Libby<sup>48</sup> que estudou as posses de escravos em Minas durante o século XIX, os grandes contingentes de escravos eram bastante raros. O maior número detectado pela pesquisa de Libby foi na mina do Gongo Soco – propriedade da *Imperial Brazilian Mining Association* – com 382 escravos. Em Minas, ainda segundo o autor, somente em seis domicílios foram encontradas posses com mais de 100 escravos. Pode-se considerar, então, que pelo número de escravos, o Barão estaria entre as maiores fortunas da Província.

Outra lenda conta que, no dia seguinte do enterro, seu corpo apareceu na entrada da fazenda e os escravos apavorados o jogaram no rio; no dia seguinte o corpo estava de novo na entrada da fazenda então, os negros fizeram um buraco em uma das paredes do casarão e lá o enterraram.

O certo é que, ao falecer, o Barão deixou também mais duas fazendas, além da do Pontal, casas em Ponte Nova e Mariana, uma chácara no Rio de Janeiro no valor de 24:000\$000, uma sesmaria de terras no valor de 11:000\$000, apólices do Banco Rural

<sup>47</sup> Fórum de Ponte Nova. 2º ofício, caixa 1494/1506 B. Inventário com testamento 1860

<sup>48</sup> **LIBBY**, Douglas Cole – *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. S. Paulo, Brasiliense, 1988, pág. 99.

Hypotecário no valor de 5:200\$000 mostrando que diversificava seus investimentos. Em suas fazendas produzia açúcar, arroz, milho, feijão, criava gado e também cuidava do transporte das mercadorias através de tropas próprias.

O seu inventário, depositado no Fórum de Ponte Nova está muito danificado e faltando partes, resultado, logo se vê, de um incessante manuseio pelos curiosos. Mas mesmo assim consegue ainda revelar facetas da personalidade de Manoel Ignácio. Como por exemplo, a lista de seus livros mostra que o Barão se dedicava muito à leitura de obras jurídicas e de tratados de medicina inclusive o clássico **Chernoviz**. Em Tocqueville ele se inteirava do funcionamento da democracia norte-americana. O **Tratado sobre ciência de exploração das minas** nos faz pensar que o Barão ainda se interessava por terras minerais quem sabe na esperança de algum achado que aumentasse sua fortuna. Nas tardes chuvosas poderia ocupar seu tempo relendo Cícero, **História filosófica** ou algum dos volumes de História do Brasil, ou ainda, jogando partidas de gamão com seus hóspedes.

É bem provável que o Barão fosse um partido disputado pelas casadoiras de plantão, mas solteirão empedernido não sucumbiu aos desejos de formar uma família *comme il faut*. Porém em seu testamento revela um pouco de sua vida íntima: “*Declaro que meus Pays são falecidos e que não fui cazado; porem tive fragilidade e comunicação ilícita com mulheres solteiras o que resultou o nascimento de duas filhas que reconheço como tais (...)*”<sup>49</sup> Em vida reconheceu uma filha Ignácia Luiza, casada com Albino Cerqueira Leite e no testamento reconhece outra filha Antonia Felícia, casada com Francisco Machado de Magalhães.

Sua disposição dos bens deu azo a disputas acirradas entre os genros e um terceiro herdeiro, José Joaquim Gonçalves Pereira, antigo administrador e homem de confiança do Barão: “*A terça da minha herança que posso dispor [...] se dividirá em três partes, huma para meu compadre e amigo José Joaquim Gonçalves Pereira que muito me ajudou com sua companhia e administração das fazendas e outros negócios de que o encarreguei por mais de 25 annos por isso o instituo herdeiro da terça da minha terça [...]*”<sup>50</sup>

A disputa se prolongou por vários anos com todas as mesquinhas que caracterizam as brigas por heranças.

---

<sup>49</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. Seção de Manuscritos, I, 32, 6, 23.

<sup>50</sup>.Idem

Fica evidente que usei o Barão como figura emblemática. Ele seria então um dos representantes da zona da Mata norte no processo de configuração do Estado nacional. Astuto homem de negócios, político hábil e articulado soube, nesse momento conturbado da história, se projetar como um dos mais proeminentes elementos da província mineira na complexa engenharia política do período regencial. Mas como observou Lenharo, esses homens não souberam criar um projeto consistente para enfrentar a onda regressista. Terminada a Regência continuaram recebendo afagos do governo central, afinal eles representavam setores que estavam na base do apoio ao regime, mas, sem dúvidas, perderam muito do prestígio que gozaram nos anos em que o Brasil foi governado pelos regentes.